

Números deixam claro: a decisão foi política.

A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa é por tempo indeterminado, anunciou ontem à noite o presidente José Sarney, em pronunciamento à Nação de 15 minutos, pelo rádio e televisão. Antes, ele discutiu as medidas com os 31 membros do Conselho de Segurança Nacional, que não se reunia desde 1979. Sarney recebeu o apoio de todo o Ministério e no Congresso, de todos os partidos políticos.

"Não é uma medida fácil, implica em riscos, mas é uma atitude de quem tem fé no Brasil", disse o presidente emocionado. Ele fez questão de enunciar o número oficial das reservas do País: US\$ 3.962 milhões. Assim, não está caracterizado a moratória técnica, mas sim política, uma vez que o Brasil ainda tinha condições de continuar pagando os juros por mais algum tempo. As reservas são maiores do que se especulava.

Sarney voltou a repudiar a recessão, anunciando também medidas para conter o déficit público. Durante seis meses o Tesouro Nacional gastará só o que arrecadar, assim como as estatais. Disse também que está sendo feita uma revisão geral da política de subsídios, que terá imediatamente um projeto de lei a ser enviado ao Congresso.

Na reunião do Conselho de Segurança Nacional à tarde, que durou duas horas e meia, todos se manifestaram e pediram informações. O ministro Dilson Funaro falou de improviso, mas não foi muito contundente. Sarney esteve calmo e em nenhum momento se mencionou quando os pagamentos dos juros da dívida serão retomados. O presidente insistiu, no encontro, na tese de que o Brasil não irá ao Fundo Monetário Internacional.

O clima de tensão foi quebrado quando o ministro do Planejamento, João Sayad, que se recupera de uma meningite, disse que ele mesmo se dera alta do hospital, "mas ninguém precisa temer porque minha doença não é contagiosa". Risadas gerais.

Depois da reunião, Funaro desmentiu a adoção da centralização cambial (que depois seria anunciada pelo BC), "porque a suspensão das remessas dos juros da dívida já é suficiente". Ele negou que o governo vá lançar brevemente um superpacote anti-inflacionário, comentando, entretanto, que para o futuro "não pode prever nada".

O ministro da Fazenda também faz questão de desmentir os vários boatos que abalaram o País ontem, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, de que haveria uma máxidevalorização do cruzado em relação ao dólar, e outras medidas, como congelamento das contas da poupança e do **open-market**. Ele explicou que o Banco Central continuará com as mínidevalorizações diárias e que não se estuda o leilão de câmbio.

No Congresso, a liderança do PMDB convocou todos os líderes partidários da Câmara e do Senado para comunicar, oficialmente, a decisão do governo sobre os juros da dívida externa. O senador Fernando Henrique Cardoso ressaltou que o Brasil não suspendeu o pagamento porque não tinha como pagar, "mas por uma questão de soberania".

O PCB, o PDT e o PT se solidarizaram com o governo, mas o deputado Luiz Inácio Lula da Silva pediu também uma auditoria ampla nas contas externas do País. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, disse que seu partido está "inteiramente solidário com a medida", enquanto Amaral Neto, do PDS, afirmou que seu partido não quer criar nenhum problema a nível internacional para o governo, mas que continua querendo ouvir Funaro. O líder do PDS comentou que falar em moratório técnico é sofisma, "nós chamamos isso de falência".

Em 87, somente do principal da dívida externa brasileira, estão vencendo US\$ 14,43 bilhões (negociáveis). Em juros, a última estimativa do Banco Central indicava a necessidade de pagamentos de US\$ 9,3 bilhões e mais US\$ 3 bilhões de outros serviços. Se o País quisesse pagar tudo durante o ano, teria de ter um superávit comercial superior US\$ 26 bilhões.

O abastecimento interno de alimentos como carne e grãos não será comprometido com a suspensão do pagamento dos juros, garantiu ontem o assessor da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, Maria Elise Benatton. O governo já garantiu anteriormente a compra externa de trigo e leite em pó.

O novo presidente do Banco Central, Francisco Gros, que acompanhará o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na delicada viagem ao Exterior durante o carnaval, para conversar com os credores, não tem experiência em negociações de dívida externa. Ele comentou apenas que a dívida "é um problema complexo".

A reunião do Conselho de Segurança Nacional foi marcada para as 16 horas no Planalto, porque nenhuma decisão poderia ser anunciada internamente, antes do embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, conversar com as autoridades norte-americanas. Ele não entregou nenhuma carta de Sarney ao presidente Ronald Reagan, apenas manteve contatos verbais na Secretaria do Tesouro.

Caixa não teme evasão da poupança com alta do dólar

A excessiva valorização do dólar no paralelo, diante do cruzado, não deverá provocar evasão de recursos das cadernetas de poupança, segundo o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Marcos Freire. "A grande maioria dos depositantes em caderneta procura rentabilidade e segurança e o dólar no paralelo, por ser atividade marginal, não garante a segurança das operações", disse Freire, ao anunciar que, após registrar uma perda real de Cz\$ 4 bilhões na poupança, no ano passado, este ano a recuperação atingiu Cz\$ 8 bilhões, levando o valor total dos depósitos para Cz\$ 157 bilhões na rede de agências da CEF.

Marcos Freire desmentiu boatos sobre congelamento de depósitos e sobre o não pagamento dos juros externos por 90 dias, comentando que foi medida corajosa de Sarney, mas disse que a atitude do governo não excluía a possibilidade de negociações de alto nível com os credores. Freire afirmou que espera para 1º de março o aumento nas prestações imobiliárias — dentro do Sistema Financeiro da Habitação — mas que não tem conhecimento do percentual que será aplicado. "A decisão não é de minha alçada", disse.

Com relação a críticas sobre a paralisação dos empréstimos nas áreas de habitação popular e saneamento, Freire afirmou que isso está ocorrendo por um único motivo: os valores ficaram desatualizados e agora os beneficiários querem reajustá-los. E afirmou que o financiamento de imóveis usados continua paralisado.